



ANAIS DE HISTÓRIA DE ALÉM-MAR

Vol. VII (2006)

ISSN 0874-9671 (impresso/print)

ISSN 2795-4455 (electrónico/online)

Homepage: <https://revistas.rcaap.pt/aham>

Afonso de Albuquerque – O César do Oriente, prefácio introdução e notas de T. F. Earle & John Villiers, Fronteira do Caos Editores. Porto, 2006, 303 pp. [recensão]

Luís Filipe F. R. Thomaz

Como Citar | How to Cite

Thomaz, Luís Filipe F. R.. 2006. « Afonso de Albuquerque – O César do Oriente, prefácio introdução e notas de T. F. Earle & John Villiers, Fronteira do Caos Editores. Porto, 2006, 303 pp. [recensão] ». *Anais de História de Além-Mar* VII: 419-428. <https://doi.org/10.57759/aham2006.37733>.

Editor | Publisher

CHAM – Centro de Humanidades | CHAM – Centre for the Humanities
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
Universidade NOVA de Lisboa | Universidade dos Açores
Av.^a de Berna, 26-C | 1069-061 Lisboa, Portugal
<http://www.cham.fcsh.unl.pt>

Copyright

© O(s) Autor(es), 2006. Esta é uma publicação de acesso aberto, distribuída nos termos da Licença Internacional Creative Commons Atribuição 4.0 (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt>), que permite o uso, distribuição e reprodução sem restrições em qualquer meio, desde que o trabalho original seja devidamente citado.

© The Author(s), 2006. This is a work distributed under the terms of the Creative Commons Attribution 4.0 International License (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>), which permits unrestricted reuse, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.



As afirmações proferidas e os direitos de utilização das imagens são da inteira responsabilidade do(s) autor(es).
The statements made and the rights to use the images are the sole responsibility of the author(s).

da posição internacional da Espanha que decorre entre os reinados de Filipe II e Filipe IV. Foi Geoffrey Parker quem, a propósito disto, ensaiou a leitura inversa, ao sustentar que a indigência em que ia caindo a cartografia espanhola funcionava, antes do mais, como agente da própria decadência da monarquia: «Um governo que carecia de ferramentas cartográficas necessárias para organizar os seus recursos e para projectar o seu poder, e que recorria, em contrapartida, a Atlas gerais antiquados para o planeamento estratégico, já não era uma potência imperial convincente»²³. Visto por este prisma, o título dado a esta obra – *Imágenes de un Imperio Perdido* – ganhará ainda mais sentido.

FRANCISCO ROQUE DE OLIVEIRA

Centro de História de Além-Mar, Universidade Nova de Lisboa
Bolseiro da Fundação para a Ciência e a Tecnologia

Afonso de Albuquerque – O César do Oriente, prefácio introdução e notas de T. F. Earle & John Villiers, Fronteira do Caos Editores, Porto, 2006 (303 pp.).

Sabemos que neste país é hábito inveterado acocorarmo-nos diante dos estrangeiros, reputando *a priori* excelente tudo o que, com conhecimento de causa ou sem ele, escrevam sobre Portugal. Deve ter sido essa atitude atávica o que escusou o editor de ter pedido a um dos professores de História das Expansões Portuguesas nas nossas universidades, a um dos numerosos investigadores do CHAM, ou a qualquer outro especialista da matéria um parecer sobre a publicabilidade desta obra. E assim nos achamos perante o facto lastimoso de a colecção «Grandes Vultos da História de Portugal» abrir com um livro em que se lêem disparates do calibre do seguinte: «...o filho de D. João [II], o rei D. Manuel I, o *Venturoso*...» (p. 16); e mais adiante, a confirmar que se trata de real ignorância do autor e não de mero *lapsus calami*: «em 1495 morreu D. João II e sucedeu-lhe seu filho D. Manuel I» (p. 20). Nos nossos tempos de escola chegaria uma calinada assim para chumbar um aluno no exame de Instrução Primária!

Além disso afigura-se que o autor não tem ideias claras sobre a história portuguesa, pois parece colocar a conquista de Tânger, em 1471, e a batalha de Toro, em 1476, no reinado de D. João II. Por outro lado, esquecendo aparentemente a existência de D. João II, aceita que, à morte de D. Afonso V, Albuquerque, que matara um homem por questões de honra, se tenha exilado em Marrocos sob o sucessor deste, até que D. Manuel o perdoou; mas admite ao mesmo tempo – sem qualquer fundamento documental – que Albuquerque tenha ajudado entretanto a planear as viagens de Diogo Cão e Bartolomeu Dias!

Seja como for, de 1982, data em que, ao que parece, a introdução foi redigida, para cá, muita investigação se fez sobre a época manuelina, o que torna o livro, já medíocre nesse tempo, inteiramente caduco em 2006. Para se fazer uma ideia de quão desactualizado está o estudo introdutório de John Villiers a esta recolha textos dos dois Albuquerques, pai e filho, basta compará-lo com a colectânea de estudos de Jean Aubin (*Le Latin et l'Astrolabe*, 3 vols, Centro Cultural Calouste Gulbenkian, Paris, 1997-2006), com a dos de Geneviève Bouchon (*Inde Découverte, Inde retrouvée, 1498-1630 – Études d'histoire indo-portugaise*, ibidem, 1999), com a biografia de Albuquerque pela mesma autora (*Albu-*

²³ G. PARKER, *El éxito...*, cit. p. 122.

querque, le lion des mers d'Asie, Éditions Desjonquères, Paris 1992), com a sua versão portuguesa (*Afonso de Albuquerque, o Leão dos Mares da Ásia*, Quetzal Editores, Lisboa, 2000) ou com a bem documentada biografia de *D. Manuel I* por João Paulo Costa (Círculo de Leitores, Lisboa, 2005).

O título da introdução («Fiel servidor e amo ingrato») remete-nos desde logo para uma visão da história baseada nos sentimentos individuais, que nos recorda a de Heródoto, ou pelo menos a *História de Portugal* de Manuel Pinheiro Chagas, publicada em 1869-84. Da dinâmica de grupos – sejam classe sociais, grupos etários ou meras facções de corte – não se vislumbram traços. Não haveria, de qualquer modo, a esperar de um autor que imagine D. Manuel filho de D. João II uma análise lúcida dos problemas de governo que se punham ao *Venturoso*, a começar pelo da sua própria posição no trono, isto para não mencionar o messianismo que se gerou em torno da misteriosa eleição divina que, contra toda a expectativa humana, o guindara ao poder. Sem isso, tornam-se, infelizmente, incompreensíveis quer as relações de D. Manuel com D. Francisco de Almeida ou com Afonso de Albuquerque, quer o conflito entre os últimos. Inútil, porém, se torna que nos espraemos mais sobre este assunto, de que tratámos detalhadamente nas páginas desta mesma revista (n.º 5, 2004, pp. 61-160) no artigo intitulado «O testamento político de Diogo Pereira e o projecto oriental dos Gamas».

Tampouco repisaremos aqui o que, a propósito da edição inglesa de 1990, tivemos ocasião de dizer na recensão crítica que, em francês, lhe fizemos na revista *Archipel*, n.º 47, Paris, 1994, pp. 212-214; nem o que escrevemos numa outra recensão, que destinámos ao próximo número da *Biblos, Revista da Faculdade de Letras de Coimbra*.

Passaremos, por conseguinte, à análise da obra na especialidade, começando por notar que aos defeitos de que enfermava já no original se vieram adicionar os decorrentes de uma tradução deficiente. Se os textos da antologia foram tomados de edições fiáveis das *Cartas* de Albuquerque e dos *Comentários* de seu filho, o mesmo se não pode dizer das numerosas citações, quer de um e outro, quer de autores terceiros, como Duarte Barbosa ou Tomé Pires, que nos aparecem em versão portuguesa da versão inglesa do texto original português. Daí anacronismos, como o de pôr Albuquerque a tratar D. Manuel por *Majestade*, título que só mais de meio século após o passamento do *Venturoso* viria a ser adoptado por seu bisneto D. Sebastião, utilizando-se até aí o título de *Vossa Alteza*. Daí, também, a igualmente anacrónica perda do colorido quinhentista de muitas expressões citadas. Assim os «homens vis e velhacos» a que numa das suas cartas alude António Real, aparecem transformados em «patifes e gente de nível inferior»; e a conhecida imagem de Tomé Pires «principalmente Cambaia lança dous braços, com o direito aferra Ádem e com o outro Malaca, como navegações mais principaes», queda reduzida a um insípido «com o braço direito Cambay estende-se em direcção a Adém e com o outro em direcção a Malaca, como os locais mais importantes para onde navegar». Uma referência de Albuquerque à ruiva, conhecida planta tintureira – correctamente identificadas botanicamente como *Rubia tinctorum*, L. – é explicada (nota 199) pelo seu nome inglês «Madder»; pensará a tradutora que os leitores que não saibam o que significa em português *ruiva* saberão o que significa *madder* em inglês? Nalguns casos a tradução não faz, pura e simplesmente, sentido gramatical: assim na nota 66, o termo *sabaio* (transcrição aproximativa do persa *sava'i*, «natural de Sava», *nisha* de Yúsuf 'Ádil Khân, primeiro sultão de Bijapur) é explicado nos seguintes termos: «a concessão pelos portugueses do título por que o governante de Bijapur (Goa) foi conhecido». Tampouco se compreende porque terminam algumas citações em português com a indicação «traduzido por mim» (v. g. p. 20, nota 4); traduzido por quem? e de que língua? São indicações que só faziam sentido na versão inglesa; na portuguesa haveria, simplesmente, que restituir o texto original!

Mas a grande vítima da deficiente tradução são os nomes próprios: até a rainha D. Isabel, primeira esposa de D. Manuel, aparece transformada em *Isabella*! De forma desconcertante para o leitor; nos textos da antologia os topónimos aparecem, como seria

de esperar, na sua forma portuguesa tradicional, tal como geralmente no-los dão os cronistas; mas na introdução e nas notas aparecem na sua forma inglesa. Assim Cambaia (Kanbâyat em hindustani) aparece as mais das vezes sob a forma inglesa Cambay, o que não é demasiado grave; o mesmo se diga de Baçaim (Vasaî em marata) que aparece na forma inglesa Bassein; mas já Coulão (em malaiala Kollam) aparece na forma inglesa Quilon (pronunciada Kwáilon ou Kóilan, transcrição aproximada da variante portuguesa Coilão), o que a torna inidentificável para o leitor normal; o mesmo se passa com as ilhas de Banda, metamorfoseadas em Bandane, o que não corresponde a qualquer língua conhecida.

Alguns dos erros que na Introdução, quase a cada página, respigámos são meras questões de pormenor, que apenas se tornam irritantes pela sua recorrência: a antologia das cartas de Albuquerque, a que se alude na p. 10, não se deve a António Baía mas a António Baião; não nos consta que o almirante Pedro de Albuquerque, avô de Afonso (p. 17) tivesse o título de *dom*; a biblioteca régia criada por D. Afonso V (p. 17) não se situava em Évora, mas nos paços da Alcáçova, em Lisboa (cf. Sousa Viterbo «A cultura intelectual de D. Afonso V» in *Arquivo Historico Portuguez*, II, 1904, pp. 154-268); Afonso de Albuquerque não podia, no século XV, prosseguir em Arzila «a sua cruzada contra os turcos» (p. 20), pela simples razão de que não havia turcos em Arzila (só em 1517 conquistariam o Egipto, para se estabelecerem em Argel por 1518, mas jamais penetraram em Marrocos); não era possível contruir uma fortaleza em Cranganor, «num braço do rio que corria para Calecut» (p. 28), a não ser que em vez de rio fosse uma corrente marinha, pois Cranganor fica na foz do rio Periyar e Calecut junto à costa, umas 75 milhas mais a norte, desaguando de permeio o rio Gayatri, o de Ponane, o de Beipor e outros de importância menor; os cristãos de Socotorá não eram «presumivelmente etíopes jacobitas» (p. 30), mas averiguadamente nestorianos, sujeitos ao patriarca de Babilónia (cf. Zoltan Biedermann, «Nas pegadas do Apóstolo: Socotorá nas fontes europeias dos séculos XVI e XVII» in *Anais de História de Além-Mar*, I, 2000, pp. 287-386); Nina Chatu não era «um mercador de Keling» (p. 44), mas um mercador quelim de Malaca, onde os indianos do sul eram conhecidos por quelins (*keling*, em malaio, do nome no antigo reino de Kalinga, na costa oriental da Índia); foi nomeado bendara (*bendahara* em malaio) de Malaca, e não *benahara*; etc., etc., etc.

Passemos, finalmente, uma rápida revista às notas, que de igual maneira formigam de imprecisões e pequenos erros:

– nota 2: cinabre ou cinábrio não é exactamente o mesmo que sangue-de-dragão, embora sejam aproximadamente da mesma cor: aquele é um sulfureto de mercúrio (S Hg), logo um produto mineral, este é um corante vegetal extraído, como se diz na nota, da *Dracæna cinnabari*, Balf. F., planta da família das Liliáceas, de facto abundante em Socotorá, congénere do dragoeiro das ilhas do Atlântico (*Dracæna draco*, L.).

– nota 3: não nos consta que os reis de Ormuz tenham alguma vez usado o título de sultão, pelo que nos não parece correcto denominar o reino de sultanato.

– nota 5: o guazil ou *wazîr* de Ormuz chamava-se na realidade Kh^wâjê 'Atâ, como se vê pela sua assinatura nas cartas conservadas na Torre do Tombo; o rei era Sayfuddîn Abû Nadar.

– nota 6: *xerafim* vem, de facto, do árabe *ashrafî*, que no entanto não significa exactamente «nobre» (embora possa significar «honorário», o que de qualquer modo seria um estranho nome para uma moeda): é abreviação de *dînâr ashrafî*, «dinheiro de Axraf», que começou por designar uma moeda de ouro do peso de 3^g,45, equivalente ao ducado veneziano, cunhada no Egipto a partir de 1425-26 pelo sultão mameluco Al-Ashraf Barsbây (r. 1422-1438), de onde o seu nome; Ashraf, elemento do nome de reinado usado por diversos sultões mamelucos, é gramaticalmente o superlativo de *sharîf*, «nobre, honrado». O xerafim de ouro valia 360 reais, e equivalia portanto ao cruzado de Malaca e ao pardau de ouro da Índia. O xerafim de prata ou pardau em tangas era moeda de conta do valor de 300 reais.

– nota 7: não nos consta (nem o achamos nos dicionários) que «o significado correcto de aljôfar em português moderno» seja «pérola de cultura», mas antes «pérola miúda ou irregular».

– nota 9: Curiate, interpretado como «“Kiryat” (Kurayat)», sem se entender muito bem qual das formas é a mais correcta, é na realidade Al-Qurayyât, a 23° 16' N, 58° 55' E, entre Calaiate (Qalhât) e Mascate. Não fica propriamente a S mas antes a SE de «Muscat» (forma inglesa correspondente ao português Mascate, em árabe literário Masqât, a 23° 28' N, 58° 36' E), actual capital do Omão.

– nota 16: inútil para o leitor português explicar onde fica o Ribatejo ! O que haveria de explicar é que não se trata aqui da província do Ribatejo, que nos seus actuais limites data do século XX, mas da margem do Tejo oposta a Lisboa (a zona da antiga Aldeia Galega do Ribatejo, hoje Montijo).

– nota 20: «em 1513 Miguel Ferreira foi mandado por Albuquerque para acompanhar o embaixador persa que regressava e foi recebido pelo xá Ismail em Shiraz, embora nos *Comentários* se diga que foi em Tabriz»: o diário da embaixada de Miguel Ferreira, transmitido por dois manuscritos (um, incompleto, pub. in *Cartas de Affonso de Albuquerque ...*, vol. I, pp. 391-394; outro, com apenas uma lacuna, pub. *ibidem*, vol. II, pp. 233-250) não deixa lugar a dúvidas: o Xá Ismael recebeu a embaixada uma primeira vez num acampamento de caça perto de Xiraz e uma segunda vez em Tabriz.

– nota 21: as «bolas de metal» disparadas pelas bombardas chamam-se em português *pelouros*; segundo Humberto Leitão e Vicente Lopes (*Dicionário da Linguagem de Marinharia Antiga e Moderna*, 2.^a ed., Lisboa, 1974, s. v.), *sacre* é a mesma coisa que *falcão*.

– nota 22: a redacção é demasiado confusa para se poder emendar, pelo que preferimos explicar tudo do princípio: os «Carapuças Vermelhas» (tal é o seu nome tradicional em português e não «Chapéus Vermelhos») eram uma confraria xiita que apoiou a tomada do poder pelo Xequé Ismael, seu chefe; era integrada sobretudo por turcomanos, povo, como o seu nome indica, da família turca; «Turkic» não é nada, nem em português, nem em persa (diz-se *torkî*) nem em turco (diz-se *türk*). Em turco os «Carapuças Vermelhas» são conhecidos por Q>z.l Bash, literalmente «cabeças vermelhas», por usarem um carapuço vermelho com doze pregas, em honra dos doze imamos do xiismo duodecimano.

– nota 23: não é Nina Chau é Nina Chatu (ou, se preferirmos a forma malaia ou a tâmule, Naina Chatu ou Nayana Chatu).

– nota 24: *keling*: a forma tradicional em português é *quelim*, que já explicámos acima.

– nota 26: não nos parece certo que *Tuão Bandão* represente uma transcrição de *Tuan Bandar*, título com que, aliás, jamais topámos em Malaca, sendo os capitães do porto geralmente designados pelo título persa de xabandar (de *shâh*, «rei» e *bandar*, «porto») *syahbandar* em transcrição malaia; pode tratar-se de Tun Bentan, personagem a que aludem os *Anais Malaio*s (*Sejarah Melayu*), que o enumeram entre os descendente do bendara Lubok Batu.

– nota 30: não é o *lancara* que se diz, é a *lanchara*; o étimo é o malaio *lancaran* (pronunciado *lantxaran*), lit. «coisa (no caso vertente, barco) ligeiro».

– nota 33: em português escreve-se *cabo Comorim* e *golfo de Manar*.

– nota 36: a fronde de palmeira chama-se *ola* e não *olá*; o étimo não é o tâmul ou tamil *olai*, mas o malaiala *ôla*.

– nota 38: «mercadores tamil» não é português! A forma tradicional é *tâmul* (no plural geralmente *tâmul*es), atestada em português desde 1516 (cf. em francês *tamoul*); se se preferir a forma tardia *tamil*, que transcreve talvez melhor a forma vernácula *tamil*, o plural será *tamis*, pois em português o adjectivo concorda em número com o substantivo! Portanto *mercadores tâmul*es ou *mercadores tamis*.

– nota 44: três erros em três linhas: os portugueses foram autorizados a construir um forte em Cananor em 1505 e não em 1515, o rei de Éli, de que Cananor dependia usava o título de *Kôlattiri* e não o de *Killattiri*, e a fortaleza de Cananor não foi a primeira que os portugueses ergueram na Índia pois, como o próprio autor diz na introdução, foi precedida pela de Cochim, fundada em 1503.

– nota 45: Cochim não fica «numa ilha ao largo da costa ocidental da Índia» mas numa restinga entre o mar e uma ria (as chamadas *backwaters*), que prolonga para norte o lago Vembanâdu, e se liga mais a norte aos canais por que desagua o rio Periyâr.

– nota 51: o étimo do português *parau* não é «o Malayalan *paru*» mas o malaiala ou malayalam *paḍavū*, de que deriva igualmente o malaio-indonésio *perahu*.

– notas 55 e 132: «Burji Mameluks» diz-se em português «Mamelucos Burjitas» (ou, menos correctamente, «Mamelucos Búrgidas»); é expressão que designa os mamelucos circassianos que reinaram no Cairo a partir de 1382, oriundos de um regimento aquartelado num forte (*burj*), ao passo que os mamelucos Bahritas (ou Báhridas), que os haviam precedido (1250-1382) eram de origem turca e tinham o quartel «no mar» (*bahr*), isto é, numa ilha do Nilo. O sultão otomano que conquistou o Egipto não é «Selim o Grim», o que não significa nada em português, mas Selim I, o *Grave*, em turco Selim Yavuz; *grim* (tradução do turco Yavuz) é uma palavra inglesa que significa «severo, austero, cruel, terrível», mas não existe em português! A região da Trácia era conhecida na época otomana por *Romélia* e não por *Roménia*, que é o nome de um país sito muito mais a norte. A distinção que muitos dos nossos autores fazem entre «turcos» e «rumes» não corresponde à distinção entre os naturais da Anatólia e os da Grécia, mas antes entre turcos em sentido étnico genérico (englobando os do Turquestão ou Ásia Central, os do Irão e os que daí emigraram para a Índia) e súbditos do Império Otomano (geralmente turcos, mas por vezes árabes, gregos, arménios, etc.).

– notas 59 & 67: Honawar é geralmente designada por Onor em português.

– nota 62: o sultão do Guzerate que reinou de 1458 a 1511 é Maḥmūd Shāh I, dito Begarhâ ou Baiqarhâ (e não exactamente Bagath).

– nota 66: não nos parece seguro que Yusuf ‘Adil Shāh afirmasse «ser filho de Ottoman Sultan Murad II» (o que, vertido em português de gente, significa «do sultão otomano Murad II»); essa lenda, que não é referida nem pelos cronistas portugueses nem pelos cronistas indo-muçulmanos mais antigos, como Nizâmuddîn, só nos aparece em crónicas mais tardias como a de Ferishta, concluída em Bijapur em 1609; foi provavelmente criada sob o reinado do sultão Ibrâhim (r. 1535-1558), que, tendo renegado o xiismo e aderido ao sunismo, se quis distanciar da Pérsia xiita para se aproximar da Turquia, que detinha o califado sunita.

– nota 69: o reino de Vijayanagar (ou de Bisnaga, como lhe chamavam os portugueses) não se «originou no pequeno estado de Karnata», já que Karnâta é o nome de um estado indiano criado em 1973, na sequência de uma remodelação do antigo estado de Maiçur ou Mysore, para englobar as populações de língua canará, canarina ou canaresa. Conquanto a casa reinante de Vijayanagar (que se tornou independente do sultanado de Delhi por 1339) fosse de língua telugu, a sua capital situa-se, efectivamente, no actual estado de Karnâta.

– nota 71: «imperador de Mughal» diz-se em português «imperador mogol (ou mogor)» ou ainda «Grão-Mogol»; não leva *de* porque Mogol (em inglês Mughal) não é um topónimo, é um etnónimo, designando as populações, em grande parte de origem turco-mongol, que entraram na Índia em 1526 com a dinastia dita *mogol* por ser de origem mongol. Na enumeração dos estados resultantes da desagregação do reino bahmânida em finais do século XV começos do XVI falta o de Bidar, antiga capital dos bahmânidas, que aí continuaram a reinar nominalmente, embora o poder efectivo tivesse passado desde

1492 para a família de Qasîm Barîd Shâh (o *Verido* das crónicas portuguesas); e o reino de Ellichpur, sem embargo de aí ter tido ocasionalmente a capital, é geralmente conhecido por reino de Berar (nas fontes portuguesas o «reino do Madre Maluco», corruptela de Imâd-ul-Mulk, título original do fundador da dinastia, depois trocado pelo de Imâd Shâh).

– nota 73: *terrateniente* é castelhano; em português diz-se *terratenente*.

– nota 74: trata-se na realidade do canal de Combarjua, contíguo ao forte de Banas-tarim, que, ligando o rio Mandovi ao Zuari faz do alfoz de Goa uma ilha, a ilha de Tissuari.

– nota 77: o étimo é na realidade o malaiala *panikkar*, tratamento de cortesia dado a mestres de esgrima, capitães de soldados, astrólogos e outros mestres qualificados, plural honorífico de *panikkan*, «obreiro, artífice, mestre de obras».

– nota 78: o termo provém do malaiala *arayar*, plural honorífico de *arayan*, «pescador-chefe, chefe de macuás» e não do malaio! A despeito da semelhança de nome o malaiala (língua dravídica falada no Malabar ou Kerala, sul da Índia) nada tem a ver com o malaio (língua austronésica falada na Malásia e na Indonésia).

– nota 80: o sultão (e não «governador» que deve ser má tradução do inglês *ruler*, que significa «soberano reinante») de Pacém (Pasai) não se chamava Zina mas Zayn-al-Âbidîn.

– nota 85: «Marcar»:do malaiala *Marakkâr*, plural de *marakkân* ou *marakkayân*, significa literalmente «piloto, timoneiro» e daí «chefe, comandante» e é uma espécie de título honorífico entre os mápulas (muçulmanos locais) e os pescadores do Quêrala; em Cochim era usado como título ou sobrenome pelos membros de um poderoso clã de mercadores muçulmanos oriundos do Choramândel que monopolizavam os fornecimentos de arroz da contracosta a Cochim.

– nota 89: o santo ou mistério a que é dedicada uma igreja, a que dá o nome, chama-se em português *orago* ou *invocação* e não *dedicatória*.

– notas 90, 174, 194, 195, 196, 222 e 223: perfeitamente inúteis para o leitor português; toda a gente sabe em Portugal onde ficam Almada, Sintra, Évora e Alpiarça !

– nota 92: «curtijos»; na grafia *cortijos* o termo está atestado em português no sentido de «corte ou roça de mato» (José Pedro Machado, *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*, s. v.); em castelhano regista-se na 1.^a *Crónica General de España* no sentido de «corral de carretas y zarzos para las tropas» (J. Corominas & J. Pascual, *Diccionario Crítico Etimológico Catellano e Hispánico*, s. v.).

– nota 93: o pardau era por vezes designado por *pagode* (e não *pagoda*); a afirmação de que «os próprios portugueses parecem nunca ter cunhado estas moedas» é inteiramente errónea: como se pode ver percorrendo as páginas do 3.^o volume da *Descrição geral e histórica das moedas cunhadas em nome dos Reis, Regentes e Governadores de Portugal*, de Teixeira de Aragão, houve cunhagem de pardaus desde meados do século XVI até ao governo de José Ferreira Pestana (1864-1870), vindo a ser adoptado um sistema com base na rupia em 1871. A partir do governo de D. João de Castro (1545-48) correram igualmente na Índia Portuguesa os «pardaus de S. Tomé» ou «santomés», em ouro (cujo nome deriva de ostentarem no reverso uma imagem de S. Tomé, apóstolo da Índia, desenhada por António de Holanda e seu filho Francisco de Holanda), além de outros santomés de ouro no valor de 2, 4, 8 ou 12 xerafins ou pardaus de prata (do valor de 300 réis cada xerafim).

– nota 94: o texto da nota, aparentemente mal traduzido, é demasiado confuso para que lhe possamos introduzir correcções pontuais; mais vale explicar tudo do princípio. O quintal divide-se em quatro arrobas (do árabe *al-rub'*, *al-rûb'a*, «um quarto»), que por sua vez se subdividem em 32 arráteis; aí surge uma diferença: enquanto o arrátel do «peso velho de Lisboa» (que continuou a ser usado na Índia para pesar a pimenta) tinha apenas 14 onças (de 28,691 gr a onça), o do «peso novo de Lisboa», adoptado para as demais espécies tinha 16 onças. O quintal do peso velho tinha portanto menos 12,5 % que o do novo;

assim, o arrátel do peso velho equivale a 401,478 gr, o do novo a 459 gr, a arroba do peso velho a 12,847 kg, a do novo a 14,688 kg, o quintal do peso velho a 51,389 kg, o do novo a 58,752 kg. Quanto ao *bahar* ou *bar*, a sua equivalência variava de porto para porto: o bar de Calecut tinha 3 quintais, 2 arrobas e 5 $\frac{1}{2}$ arráteis do peso novo, ou seja 208,156 kg; o de Cochim era menor: 2 quintais, 3 arrobas e 10 $\frac{1}{4}$ arráteis do peso novo (ou 3 quintais e 30 arráteis do velho), *i. e.*, 166,271 kg.

– nota 97: por «toda outra miudeza de pesos» devem entender-se os pequenos pesos de onça, oitava, escrúpulo, quilate, grão, etc., usados sobretudo para as mezinhas e para as pedras preciosas.

– nota 98: *nacodá* não é equivalente a «almirante», mas a «capitão de navio»; é voz derivada, em português como em malaio (*nakhoda*, na actual ortografia), do persa *nâ* ou *nâv*, «navio» e *khodâ* «deus», portanto, literalmente «deus do navio».

– nota 104: a primeira expedição portuguesa ao Pegu não teve lugar em 1519 mas em 1512-13, seguindo-se-lhe outra em 1514-15; a detalhada documentação referente a essas duas viagens foi, há muitos anos já, publicada em livro pelo autor destas linhas (*De Malaca a Pegu – Viagens de um feitor português (1512-1515)*, Instituto de Alta Cultura, Centro de Estudos Históricos anexo à Faculdade de Letras de Lisboa, 1966, 217 pp.) e parcialmente retomada na colectânea de estudos *De Ceuta a Timor*, Difel, Carnaxide, 1995.

– nota 106: em português não se diz «baía de Bengala» mas «golfo de Bengala»; Duarte Barbosa não classifica – nem podia classificar, pois essa expressão não se usava ainda na sua época – os nativos de Nicobar de «pobres primitivos», limitando-se a afirmar que as ilhas são «povoadas de gentios pobres» (nalguns manuscritos «gentios pobres e maos»): *vide* Maria Augusta da Veiga e Sousa, *O Livro de Duarte Barbosa (edição crítica e anotada)*, 2 vols, prefácio, texto crítico e apêndice, por..., Instituto de Investigação Científica Tropical / Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Lisboa, 1996-2000, cap. 56, § 2.

– nota 107: *catual* não vem do turco mas do persa *kotwâl*.

– nota 108: «gores»: a origem do termo *gore* é, de facto, obscura, mas corresponde ao árabe *ghurî*, *i. e.*, habitante de al-Ghur, nome que os roteiristas árabes Ibn Mâjid e Sulaymân al-Mahrî dão à Formosa.

– nota 110: *selat* em malaio significa «estreito, canal, passagem entre ilhas»; os textos portugueses designam por *celates* (e não *saleites*) os bajaus ou nómadas do mar, e especialmente os piratas dos arquipélagos de Riau e Lingga, a sul e sueste de Singapura; trata-se provavelmente de uma forma elíptica por *orang selat*, que em malaio significa «gente do estreito».

– nota 116: não é seguro que tenham sido os portugueses a introduzir o nome de *canarim* para o povo de Goa, que de facto é, etno-linguisticamente, falando de origem diferente (o concanim, língua do Concão, de que faz parte Goa, é uma língua neo-árica, derivada do sânscrito. ao passo que o canarim, canará ou canarês, falado a sul e a este de Goa, é uma língua dravídica). A confusão deve provir de Goa ter feito por muito tempo parte das mesmas formações políticas que o Canará em que está encravada, utilizando-se até o alfabeto canarim para notar o concanim. Parece que no Guzerate se dava também o nome de canarins aos goeses, pois junto a Diu ficou a chamar-se *Kanadî Vadâ*, «aldeia dos canarins» uma povoação em que se fixaram soldados trazidos pelos portugueses de Goa para colaborarem na defesa de Diu. Seja como for, a impropriedade do termo é já notada em 1515 por Tomé Pires (*fl* 133), que explica que o concanim falado em Goa é bem distinto do canarim falado no reino de Narsinga ou Bisnaga (Vijayanagar). João de Barros é também claro: «a todo o marítimo que contamos até a serra Gate, que vai ao longo da costa, com que ele faz uma comprida e estreita faixa de terra, chamam eles Concan e aos povos propriamente Conquenís, posto que os nossos lhe chamam Canaris».

– nota 117: «Içufularim» não trancreve Yusuf ul-Ibrahim (o que aliás não faria sentido gramatical em árabe), mas Yûsuf Lârî, *i. e.*, Yûsuf natural de Lâr, na Pérsia, como Diogo do Couto (IV, vii, 6) explica; mais tarde intitulado Asad Khân, as nossas crónicas referem-no largamente, dedicando-lhe por sua parte João de Barros dezasseis capítulos da sua *Ásia*; resumimos a sua biografia no artigo «La présence iranienne autour de l’Océan Indien au XVIe siècle d’après les sources portugaises de l’époque» in *Archipel*, n.º 68, Paris, 2004, pp. 59-158.

– nota 122: não nos parece «evidente» que Miralle transcreva Amir Ali, pois o texto diz expressamente que se trata de um capitão gentio e Amîr ‘Alî é nome de moiro.

– nota 125: quando o livro foi publicado pela primeira vez Panjim era talvez ainda a capital do Território da União de Goa, Damão e Diu; hoje, há já 20 anos que é a capital do Estado de Goa, situando-se em Damão a do Território da União de Damão e Diu.

– nota 126: Samorim pode vir de *samudrin*, «oceânico, marítimo», que de facto provém do sânscrito *samudra*, «oceano»; a outra hipótese que se põe é que venha de *svâmî*, «senhor» e *tiri*, adaptação malaiala do sânscrito *çrî*, «próspero, bem-aventurado» (e não de *Svami Stî*, como se lê no texto).

– nota 128: Garçopa não era um «estado vassalo de Vijaya na província de Tuliname», mas um estado vassalo de Vijayanagar na província de Tulunâdû (ou, como escreviam os nossos geógrafos de Quinhentos, Tulinat), *i. e.*, país dos Tulus, povo do SW do Karnâta que fala tulu, uma língua afim mas distinta do canarês.

– nota 130: Zeila não foi *descoberta* mas *descrita* por Duarte Barbosa.

– nota 135: Dahlak Islands em português são as ilhas de Dalaca.

– nota 155: D. Martinho é, provavelmente, D. Martinho de Castelo Branco, conde de Vila Nova de Portimão e vedor da fazenda de D. Manuel, o grande protector de Afonso de Albuquerque na corte.

– nota 156: falta explicar que Malao Emporion era um porto da Antiguidade, citado no sec. II no *Périple do Mar Eritreu*, sem o que o leitor desprevenido pensará que não se trata de Berbera (10° 15’ N, 44° 50’ E), antiga capital da Somália Britânica, buscando em vão Malao num mapa moderno.

– nota 161: o país do Preste João não é a costa oriental da África *in genere* ou Etiópia *lato sensu*, mas concretamente a Abissínia ou Etiópia *stricto sensu*, que, à parte uma nesga do litoral do Mar Roxo sobre que exercia suserania, não tinha praticamente costa marítima.

– nota 165: o mosteiro de Santa Catarina do Monte Sinai é de facto grego ortodoxo e como tal seguiu as vicissitudes da igreja grega nas suas relações com Roma; a chamada regra de S. Antão (St Anthony, *the Great*, em inglês é S. Antão em português; S. António é o de Lisboa, sepulto em Pádua) é na realidade obra de um monge posterior, pois S. Antão não escreveu nenhuma regra; aliás os monges ortodoxos não seguem uma regra fixa como os católicos, mas uma tradição em que predominam os ensinamentos dos Padres do Deserto, de que S. Antão foi, efectivamente, o primeiro.

– nota 169: Arquico não fica no Sudão, fica na Eritreia, a 15° 38’ N, 38° 37’ E.

– nota 175: não é *tacefira*, é *tafecira*, do persa *tafsilê*, nome de um tecido de seda rico.

– nota 178: «cristãos da cintura» nada tem a ver com a circuncisão, que, como é do domínio comum, se pratica um bom palmo abaixo da cintura; é uma expressão usada por diversos autores da Idade Média, tais como Marino Sanudo, o Antigo, Bernardo de Breydenoch, etc. No seu conhecido *Glossarium Mediæ et Infimæ Latinitatis* Ducange explica-a assim: *christiani de cintura: ita vocati olim christiani in partibus Ægypti degentes [...] qui cingulum portant latum et vestimentum per quod recognoscuntur ab aliis*. Quanto aos Jaco-

bitas, não são discípulos de nenhum Jacob, pretensio patriarca de Alexandria no século XI (houve um patriarca Jacob em Alexandria, mas de 819 a 830, portanto no século IX), antes tiram o nome de Jacob Baradeu que no século VI, com o apoio da imperatriz Teodora, esposa de Justiniano, favorável ao partido monofisita, organizou na Síria uma hierarquia independente da Igreja Ortodoxa oficial.

– nota 181: Kosseir ou Qosseyr, em árabe al-Qusayr (lit. «pequeno alcáçar»), é um porto egípcio a 26° 8' N, 34° 18' E; fica portanto na costa africana e não na costa árabe do Mar Vermelho.

– nota 187: Manicongo é o reino do Congo, que, embora pudesse ter vassalos mais a norte, tinha a capital em S. Salvador do Congo, em actual território angolano, bem ao sul do rio Zaire ou Congo, e não «a norte de Angola e do rio Congo cobrindo aproximadamente a região dos modernos estados do Congo, Gabão e Camarões».

– nota 192: Samila é, segundo o Visconde da Lagoa (*Glossário Toponímico da Antiga Historiografia Portuguesa Ultramarina*, s. v.), um antigo nome do golfo de Suez; não conseguimos descobrir a que termo árabe possa corresponder esta forma portuguesa; uma coisa é, porém, certa: não corresponde, como o autor pretende, a Ismaília, que apenas seria fundada a 27 de Abril de 1862 pelos obreiros que abriam o canal de Suez, recebendo o nome actual aquando da subida ao trono do quédiva Ismâ'il, a 18 de Janeiro de 1863.

– nota 200: *Mircela* não é transcrição de *amîr al-çalâh* (que significaria «capitão da oração» e seria uma função religiosa), mas de *amîr al-silâh*, que é uma função militar; o que corresponde ao que diz o texto, que o dá como «capitão»; trata-se do alto funcionário que dirigia as manufacturas de armamento, comandava o corpo dos mamelucos sultanais chamados *silâhdariyya* e nas cerimónias trazia ao sultão as suas armas: vide Bernadette Martel-Thoumian, *Les Civils et l'Administration dans l'État Militaire Mamlûk (IX^e/XV^e siècle)*, Institut Français de Damas, Damasco, 1992, p. 439.

– nota 204: o rio *Indus* chama-se em português *Indo*; a zona do seu delta é o Cinde (Sindh).

– nota 206: é *Cimonate* e não *Comunate* o que se lê no texto original e o que transcreve aproximadamente o topónimo Somnath; Pattan (do sânscrito *pattana*, «cidade») é uma antonomásia que se aplica a outras cidades indianas como Patna, capital do Bihar.

– nota 208: a forma malaia é *bahar* ou *bahara* e não *bharam*; a forma sânscrita é *bhâra*. Quanto à equivalência, que varia de porto para porto, vai de 9 arrobas e 27 arráteis (144,585 kg) em Cosmim (provavelmente a actual Bassein, na Birmânia), no reino de Pegu, a 28 arrobas, 20 arráteis, 15 onças e 2 oitavas (420,88148 kg) no caso do bar usado em Ormuz para os cereais, breu, carvão e outros géneros brutos. O bar do Guzerate, que é o que está em causa aqui, orçava, efectivamente, os quatro quintais do peso novo (pelo menos em Baçaim e em Diu, onde equivalia precisamente a 16 arrobas, ou seja, 4 quintais do peso novo), correspondentes a 4,57 do velho.

– nota 209: Mandu era no século XVI a capital do reino de Malwa; situou-se no pequeno estado principesco de Dhar (e não Dahr), feudatário da Índia Britânica, mas antes da independência da Índia em 1947; desde então faz parte do estado de Madhya Pradesh.

– nota 214: no original lê-se *meceris* e não *merceris*; não é um nome de família, mas um adjectivo, usado por vários autores quinhentistas, nomeadamente Tomé Pires, que significa simplesmente «egípcio» (do árabe vulgar *maçrî*, clássico *miçrî*, derivado de Maçr ou Miçr, nome árabe do Egipto). Hasan al-Miçrî, que em Calecut liderava os mouros pardexis (estrangeiros domiciliados, em geral designados pelos portugueses por «mouros da Meca» se bem que nem todos daí proviessem), era, de facto, particularmente hostil aos portugueses, tal como os portugueses eram particularmente hostis aos pardexis; a sua

nisba (sobrenome que denota origem ou pertença) *al-Miṣrī* confirma que era originário do Egipto, mas isso não implica que todos os maçarís fossem seus parentes. A nota sobre «Moahmed Mesri» para que se remete no texto não se encontra a p. 95; provavelmente remete para a paginação da edição inglesa.

E é quanto se nos oferece dizer sobre esta publicação com que a editorial «Fronteira do Caos» faz verdadeiramente jus ao nome que galhardamente ostenta...

LUÍS FILIPE F. R. THOMAZ
Centro de História de Além-Mar
IED – Universidade Católica Portuguesa

Juan Ignacio PULIDO Serrano, *Injurias a Cristo. Religión, política y antijudaísmo em el siglo XVII (Análisis de las corrientes antijudías durante la Edad Moderna)*. Universidad de Alcalá, 2002. 337 pp. ISBN: 84-8138-489-5.

Em 1632, num auto-da-fé excepcional realizado na própria corte madrilena, foram penitenciados e relaxados à justiça secular um grupo de cristãos-novos que teria açoitado e queimando um crucifixo que além de sangrar, também se manifestou oralmente, no que ficou conhecido como o caso da *calle de las Infantas*. Em torno da cerimônia e em seguida a ela, o milagre resultante das afrontas e o alegado perigo judaico nelas inferido foram divulgados e amplificados em inúmeras festas de desagravo, fundação de confrarias, concursos literários e construção de um templo, implicando nomes que vão de Felipe IV e Olivares a Quevedo e Calderón de la Barca, e transformando-se num evento político de imensa grandeza no jogo de poderes da Espanha barroca, mas também com grande impacto em todos os níveis da população. Juan Ignacio Pulido Serrano destrincha de modo minucioso este evento, estudado desde seus antecedentes até o ocaso de suas repercussões em pleno século XIX. São estudados em detalhes nos capítulos centrais (II, III e IV) as famílias cristãs-novas implicadas no caso e os processos que sofreram: «a fabricação de um delito», baseado em denúncias duvidosas e o uso da tortura. Mas é na verdade nos capítulos iniciais e finais do livro que o autor nos dá as chaves para entender as causas profundas da repercussão que causou tão singular evento, revendo sob uma nova luz tanto o próprio processo de «construção da infâmia» dos cristãos-novos portugueses em contexto espanhol, o «uso político deste anti-judaísmo», quanto a importância social que revestiu o evento, mostrando como ele foi criado no ninho das lutas entre facções da corte filipina nesta época de declínio da monarquia hispânica, de grande debate sobre os modos de proceder da Inquisição portuguesa e sobre os estatutos de pureza de sangue. Vale lembrar que o *topos* da invenção de um herege para mover a opinião real e pública também se verifica em Portugal com os desacatos de Santa Engrácia (1630) e de Odivelas (1671), quando os cristãos-novos foram acusados de roubar e execrar a hóstia consagrada e objetos sacros, casos estes que ainda devem ser analisados com a profundidade e a felicidade com que Pulido Serrano estuda o caso da *calle de las Infantas*.

Segundo Pulido Serrano, várias das grandes questões políticas em jogo desde os começos do reinado de Felipe IV (1621) estavam ligadas diretamente à questão dos *conversos*: o problema da sangria populacional que a saída dos descendentes dos judeus ocasionaria, seja do reino de Portugal, seja de certas regiões de Castela; o problema da falta de estímulo da população em geral para o comércio e o papel que aí tinham os cristãos-novos; o problema da dependência da coroa em relação aos financistas genoveses. O autor não questiona entretanto estas ligações, isto é, não faz esta relação entre os problemas profundos da sociedade ibérica e os mecanismos que, em filigrana, punham a questão judaica como causa de todos os problemas da península, os cristãos-novos postos no papel clássico dos judeus enquanto bodes-expiatórios. Mecanismo esse que parece ter